MINISTÉRIO DO TRABALHO

Boletim de Políticas Públicas de Emprego Trabalho e Renda

Maio | 2018

Apresentação

O Observatório Nacional do Mercado de Trabalho tem entre suas competências a produção de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho, capazes de subsidiar o gerenciamento e a implementação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Paralelamente, cabe ao Ministério do Trabalho o papel de exercer a secretaria executiva do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e informar aos conselheiros sobre as ações implementadas com financiamento do Fundo.

Nesse contexto, o presente Boletim configura-se como publicação estratégica para a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, o CODEFAT e órgão e entidades executoras dessas políticas, na medida em que apresenta a sistematização dos principais indicadores relevantes para o monitoramento, avaliação e a tomada de decisão dos gestores.

Trazemos os dados das políticas públicas implementadas pela SPPE provenientes de registros administrativos e procuramos, sempre que possível, comparar os resultados com a dinâmica do mercado de trabalho.

Não se trata de uma avaliação do impacto das ações, mas sim, da sistematização de dados que permitem o acompanhamento das políticas públicas e a tomada de decisão baseada em evidências.

Esta edição apresenta dados até o primeiro trimestre de 2018.

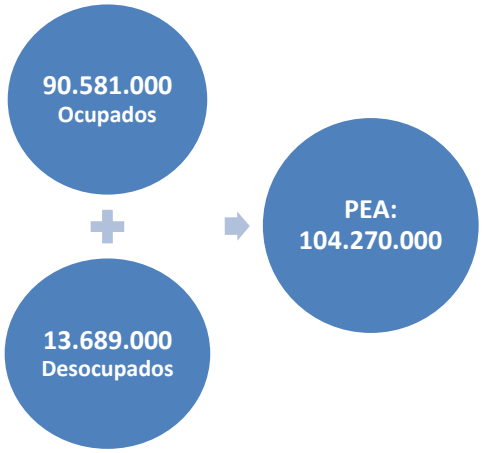
Boa leitura!

Nesta edição

1	**Conjuntura**
2	**Intermediação de mão-de-obra**
3	**Seguro Desemprego**
4	**Qualificação Profissional**
5	**PNMPO**
6	**PROGER**
7	**Abono Salarial**
8	**CTPS**
9	**Análise Regional**
10	**Anexo - Atividades de gestão**

1. Conjuntura

Esta seção apresenta um panorama geral de conjuntura, com base na análise dos principais indicadores do mercado de trabalho. Os dados são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do MTb.

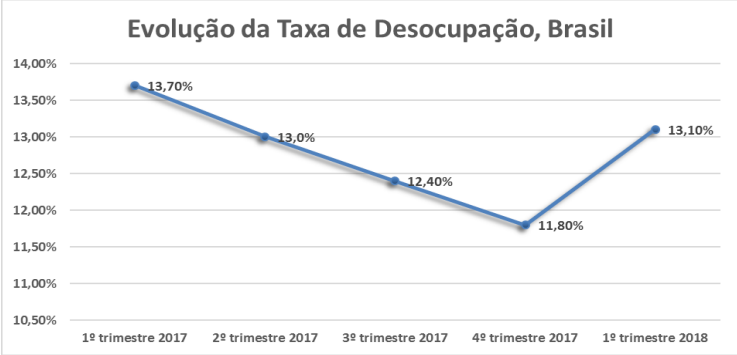


No 1º trimestre de 2018, a PEA brasileira era composta por 104.270.000 de pessoas, entre as quais 90.581.000 (86,87%) estavam ocupadas e 13.689.000 (13,13%) estava em situação de desocupação.

Em relação ao 4º trimestre de 2017, observou- se uma redução de aproximadamente 0,1% na PEA e em torno de 1,7% do contingente de ocupados. Já em relação aos desocupados, nota-se um aumento aproximado de 11,2%.

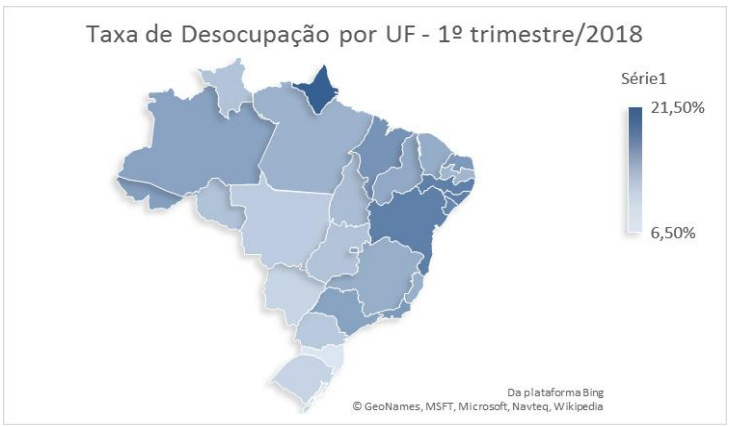
Desocupação

No período que vai do 1º trimestre de 2017 até o 4º trimestre de 2017, a taxa de desocupação sofreu uma redução, chegando ao valor de 11,8%. Já no 1º trimestre de 2018, a taxa de desocupação apresenta um aumento atingindo 13,1%.



Fonte: PNADC-IBGE

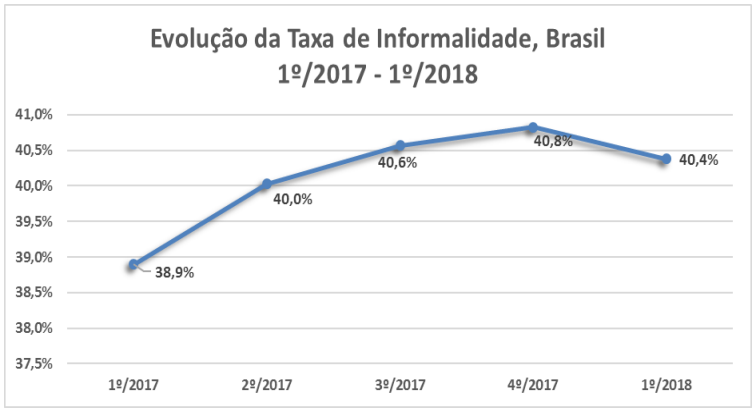
No que se refere à taxa de desocupação por UF, conforme Mapa ao lado, observa-se grande disparidade regional, sendo as maiores taxas observadas no Amapá(21,5%), Bahia (17,9%) e Pernambuco e Alagoas(17,7%). As menores taxas foram registradas em Santa Catarina (6,5%), Mato Grosso do Sul (8,4%) e Rio Grande do Sul (8,5%).



Fonte: PNADC-IBGE

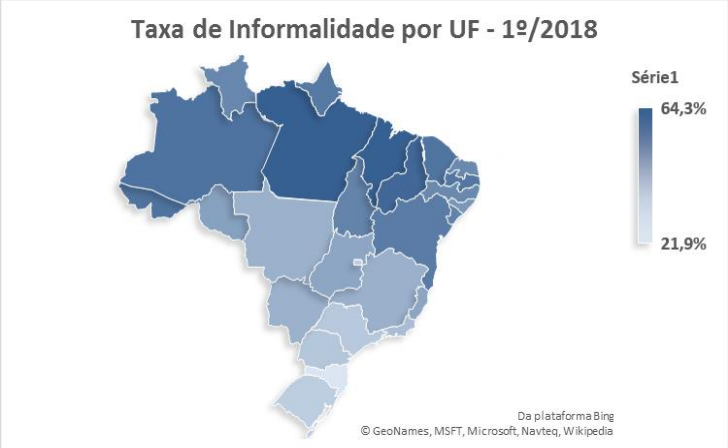
Informalidade

No 1º trimestre de 2018, 40,4% do total de ocupados encontravam-se na informalidade, apresentando sutil redução em comparação ao 4º trimestre de 2017. Consideram-se informais trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada, empregadores e trabalhadores por contaprópria que não contribuem para a previdência social, e trabalhadores familiares. A taxa de infomalidade sofreu a primeira queda após aumento gradativo desde o 1º trimestre de 2017 até atingir 40,8% no 4º de 2017.



Fonte: PNADC-IBGE

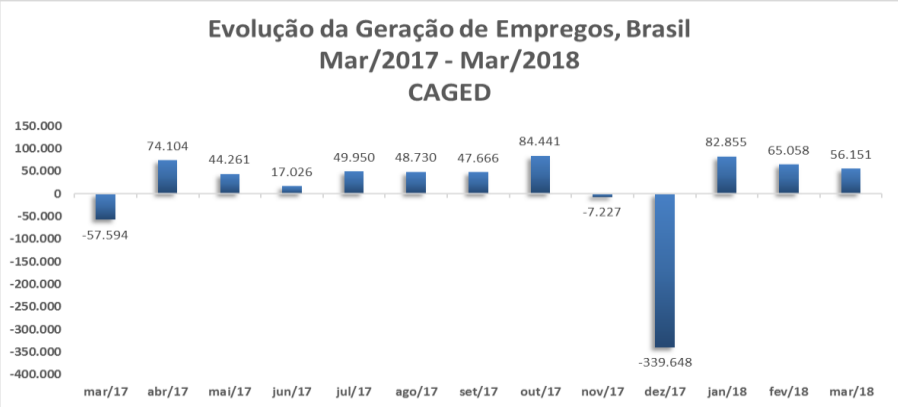
Considerdando-se a taxa de informalidade por UF, observa-se que a menor taxa encontra-se em Santa Catarina (21,9%) e apresenta redução em relação ao 4º trimestre de 2017 neste estado. É seguida do Distrito Federal(29,6%) e São Paulo (30,9%). Os Estados que apresentam maiores taxas são o Pará e Maranhão(64,3%), e Piauí (61,7%).



Fonte: PNADC-IBGE

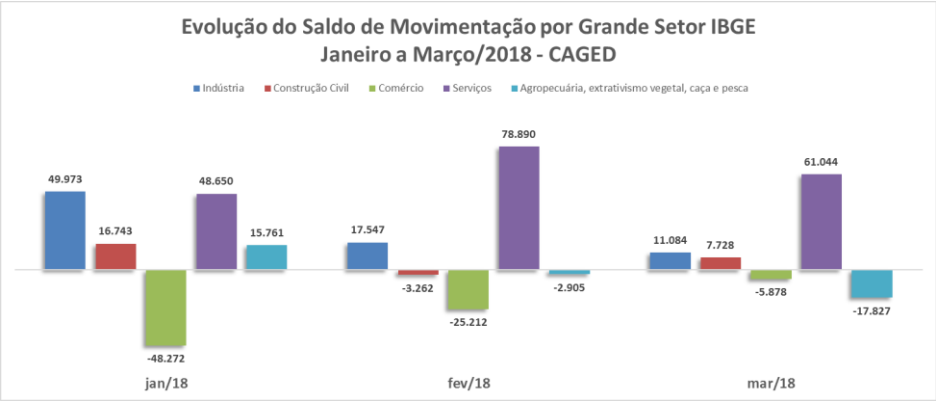
Mercado de Trabalho Formal

Ao analisarmos o comportamento do mercado de trabalho no primeiro trimestre deste ano, de acordo com Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), observou-se saldo positivo de 204.064 novos postos de trabalho no acumulado do 1º trimestre.



Fonte: CAGED/MTb

No que se refere ao comportamento dos setores de atividade no período recente, o setor do Comércio apresentou saldo negativo nos três primeiros meses do ano . Observa-se que o setor de Serviços foi o que puxou o saldo positivos no período, seguido pela Indústria.



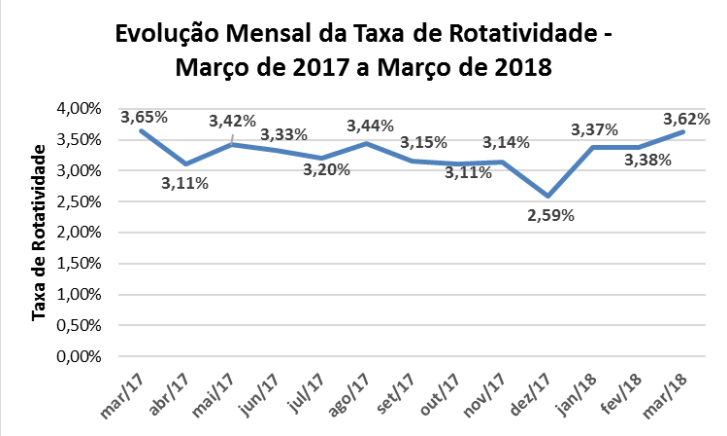
Fonte: CAGED/MTb

Taxa de Rotatividade

A taxa de rotatividade é calculada como a razão do mínimo entre admitidos e desligados e o estoque médio entre os períodos considerados. Mede o percentual dos trabalhadores substituídos mensalmente em relação ao estoque médio entre os meses, em nível geográfico e setorial, mas não em nível ocupacional. Assim, esse indicador, em virtude da forma agregada como é calculado, não permite quantificar a substituição dos trabalhadores com o mesmo perfil ocupacional. A base de dados utilizada para o cálculo da taxa de rotatividade nesta seção é a base de gestão do CAGED.

A análise da evolução mensal da taxa de rotatividade do Brasil apresenta um padrão de tendência de alta no início do ano e de queda no fim do ano chegando a um valor máximo de 3,65% em março de 2017 e mínimo de 2,59% em dezembro de 2017.

Uma possível explicação para a queda da taxa de rotatividade no mês de dezembro é a grande quantidade de desligamentos e queda das admissões, que são movimentos característicos deste mês.

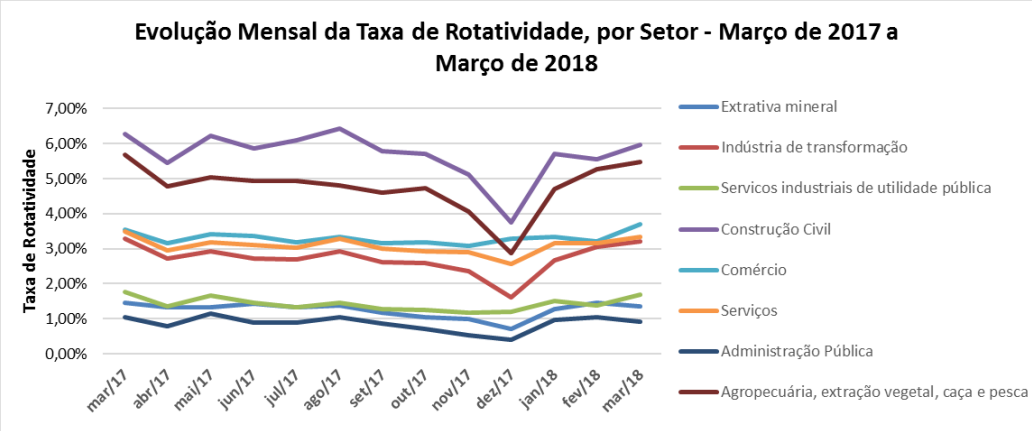


Fonte: BGCAGED/MTb. Dados extraídos em 21/05/2018.

A evolução mensal da taxa de rotatividade por setor permite identificar tendências sazonais e o comportamento médio da rotatividade dentro dos setores.

Os setores de Construção Civil, Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca, Serviços, Indústria de Transformação e Extrativa Mineral apresentaram uma tendência de queda da taxa de rotatividade ao longo do ano de 2017 com valores mais altos no início do ano e os menores valores no mês de dezembro. Os outros setores de Comércio, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Administração Pública apresentaram estabilidade da taxa de rotatividade ao longo do ano. Com o início do ano de 2018 a rotatividade voltou a apresentar crescimento em todos setores com destaque para Construção Civil, Indústria de Transformação e Agropecuária.

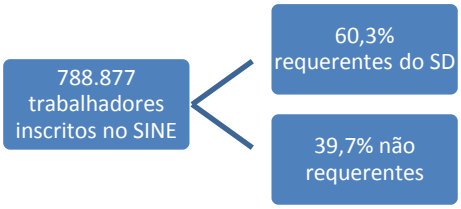
Chama atenção os altos valores percentuais (próximos de 4% em média) da taxa para os setores de Construção Civil e Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca e o valor baixo do setor de Administração Pública de 0,5% em média.



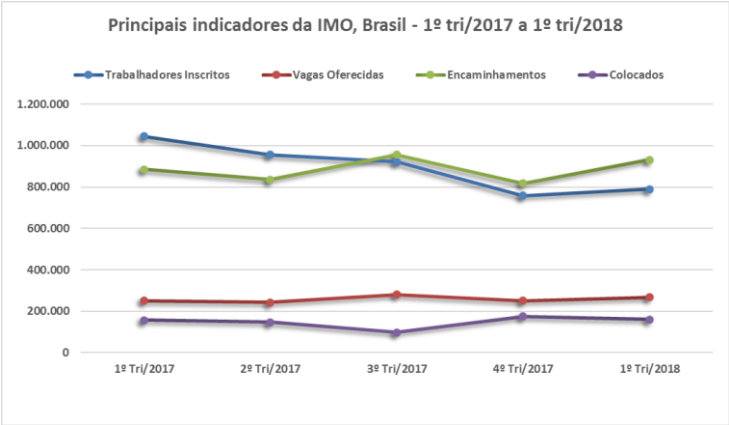
Fonte: BGCAGED/MTb. Dados extraídos em 21/05/2018.

2. Intermediação de Mão-de-Obra (IMO)

Nesta seção apresentam-se os principais dados e indicadores de acompanhamento da política de intermediação de mão-de-obra (IMO) executada pelo SINE. Os dados são provenientes da base de gestão da IMO. Foi traçada a caracterização por recorte de gênero, faixa etária, escolaridade, ocupação e setor de atuação.



Período	Inscritos	Vagas Oferecidas	Encaminhamentos	Colocados
1º Tri/2017	1.045.201	250.601	884.881	156.829
2º Tri/2017	955.678	242.211	834.658	147.331
3º Tri/2017	921.207	281.275	956.236	98.617
4º Tri/2017	758.803	250.909	817.165	174.485
1º Tri/2018	788.877	267.737	930.855	159.932



No primeiro trimestre de 2018, houve 788.877 de trabalhadores inscritos no SINE, desse total, 60,3% eram requerentes do Seguro Desemprego (SD).

Em relação aos trabalhadores que conseguiram uma colocação no mercado de trabalho formal por intermédio do SINE, considerando o primeiro de 2017 (156.829) e de 2018 (159.932) o aumento foi de 1,9%. Cabe ainda ressaltar, no primeiro trimestre de 2017, 14,3% das colocações foram de trabalhadores requentes do seguro desemprego, no primeiro de 2018, esse percentual foi de 11,3%.

Perfil dos Inscritos

Levando em consideração o perfil dos trabalhadores inscritos no SINE, em relação ao sexo, faixa etária e grau de instrução, percebe-se que há distinções entre aqueles que eram requerentes do Seguro Desemprego e aqueles que buscaram o SINE apenas à procura de uma vaga de emprego (não requerentes).

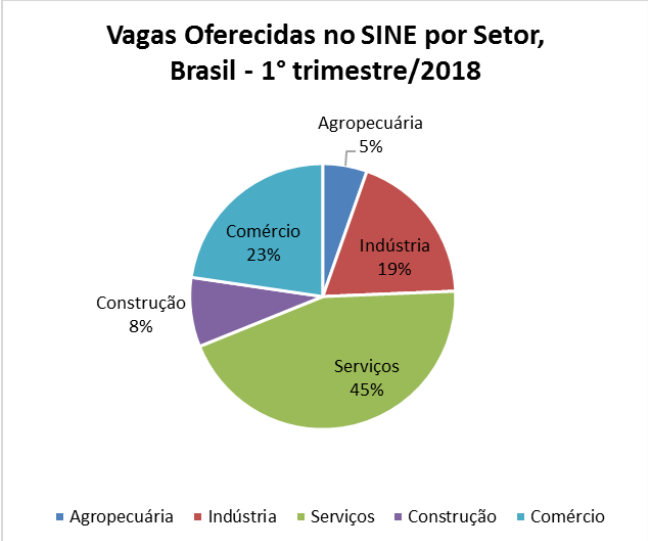
Entre os requerentes do SD, 54,9% eram homens e observa-se concentração na faixa etária de 18 a 24 anos (29,2%) e 30 a 39 anos (26,%); e na população com ensino médio completo (51,8%). Já entre os não requerentes, predomina o sexo feminino (54,4%) e a concentração na faixa etária de 18 a 24 anos é bem maior, de 54,3%. Em relação a escolaridade, ainda que a maior concentração se dê na população com ensino médio completo (45,9%), observa-se que essa porcentagem é menor que nos trabalhadores requerentes. Nesse cenário, destaca-se à procura de emprego no SINE especialmente pelos mais jovens.

PERFIL DOS INSCRITOS NO SINE (%), 1º trimestre de 2018		
	Requerente do SD	Não requerente do SD
Sexo		
Homens	54,9%	45,6%
Mulheres	45,1%	54,4%
Faixa etária		
Até 17 anos	0,4%	14,7%
18 a 24 anos	29,2%	54,3%
25 a 29 anos	14,8%	7,7%
30 a 39 anos	26,0%	10,6%
40 a 49 anos	18,1%	7,4%
50 a 64 anos	11,2%	5,0%
65 anos ou mais	0,4%	0,4%
Grau de instrução		
Sem instrução	0,8%	0,2%
Ensino fundamental incompleto	12,4%	12,4%
Ensino fundamental completo	9,4%	6,2%
Ensino médio incompleto	9,5%	21,8%
Ensino médio completo	51,8%	45,9%
Ensino superior incompleto	4,7%	7,2%
Ensino superior completo	11,0%	4,4%
Total	100,0%	100,0%
Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 24/05/2018		

Perfil das vagas ofertadas no SINE

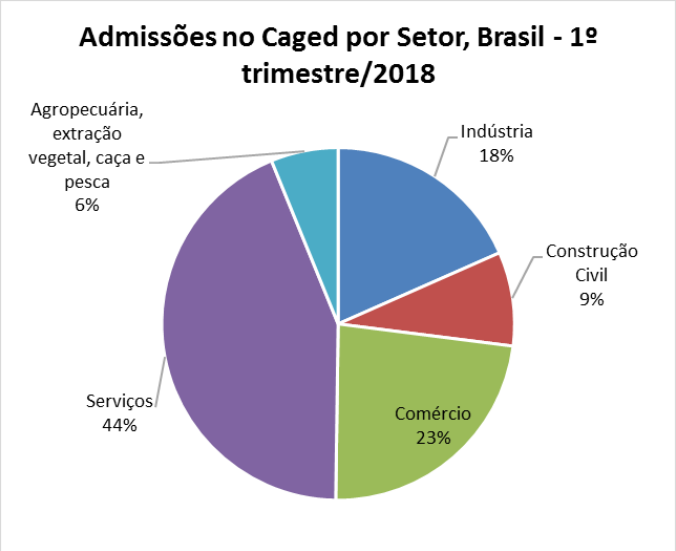
No que se refere às vagas de emprego oferecidas pelo SINE, observa-se que, no primeiro trimestre de 2018, a grande maioria (41,6%) era no setor de serviços, seguida pelo comércio (21,2%) e indústria (17,7%). As principais ocupações das vagas oferecidas foram: Alimentador de Linha de Produção, Faxineiro e Vendedor de Comércio Varejista. As ocupações com maior oferta de vagas, nesse período, podem ser observadas na tabela abaixo, bem como a distribuição por setor.

Quantidade de vagas oferecidas no SINE por CBO Ocupação (20+)		
Ocupação (20+)	**1° trimestre de 2018**	**%**
Alimentador de Linha de Produção	21.121	7,9%
Faxineiro	13.768	5,1%
Vendedor de Comércio Varejista	10.288	3,8%
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	7.177	2,7%
Operador de Caixa	6.920	2,6%
Atendente de lojas e mercados	6.690	2,5%
Operador de Telemarketing Receptivo	6.530	2,4%
Auxiliar de Escritório, em Geral	6.363	2,4%
Inválido	6.328	2,4%
Servente de Obras	6.172	2,3%
Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	5.635	2,1%
Operador de Telemarketing Ativo	5.086	1,9%
Trabalhador No Cultivo de Arvores Frutíferas	4.940	1,8%
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	4.874	1,8%
Vendedor Pracista	4.573	1,7%
Trabalhador Volante da Agricultura	3.696	1,4%
Repositor de Mercadorias	3.464	1,3%
Atendente de Lanchonete	3.428	1,3%
Promotor de Vendas	3.422	1,3%
Ajudante de Motorista	3.311	1,2%
Total	267.773	50%
Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 24/05/2018		



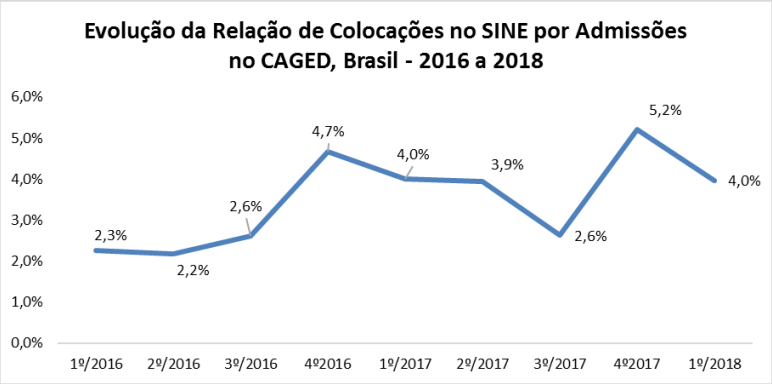
Quando comparamos com as admissões no mercado formal, do ponto de vista setorial e ocupacional, observa-se que as vagas oferecidas no SINE têm perfil semelhante.

Total de admissões no CAGED por CBO Ocupação (20+)		
Ocupação (20+)	**1° Trimestre de 2018**	**%**
Vendedor de Comercio Varejista	229.602	5,7%
Auxiliar de Escritório, em Geral	187.611	4,7%
Faxineiro	162.451	4,0%
Alimentador de Linha de Produção	145.516	3,6%
Servente de Obras	123.608	3,1%
Assistente Administrativo	118.226	2,9%
Operador de Caixa	90.794	2,3%
Atendente de Lanchonete	66.175	1,6%
Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	64.018	1,6%
Recepcionista, em Geral	62.574	1,6%
Repositor de Mercadorias	62.200	1,5%
Pedreiro	59.289	1,5%
Cozinheiro Geral	56.824	1,4%
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	52.196	1,3%
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	51.133	1,3%
Trabalhador Agropecuário em Geral	48.633	1,2%
Trabalhador Volante da Agricultura	45.274	1,1%
Porteiro de Edifícios	43.934	1,1%
Almoxarife	42.078	1,0%
Atendente de Lojas e Mercados	40.933	1,0%
Total	4.027.316	43,5%
Fonte: BGCAGED/MTb		



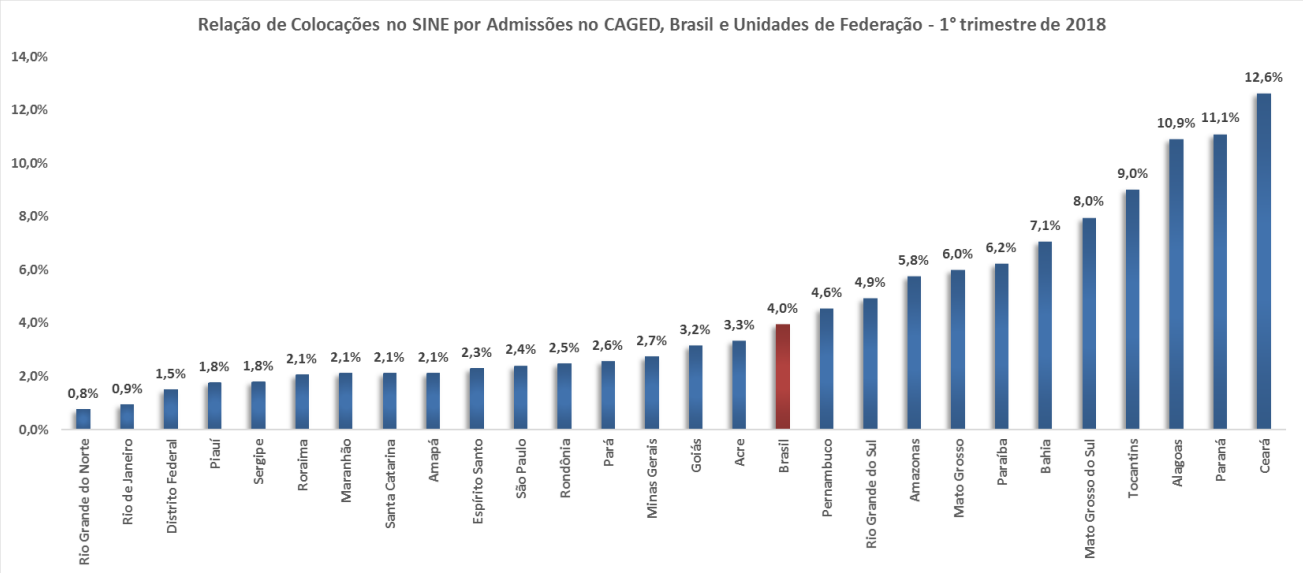
Indicadores de efetividade do SINE

A razão entre o total de colocados pelo SINE e o total de admitidos no mercado de trabalho formal reflete a contribuição do SINE para a dinâmica do mercado de trabalho. No primeiro trimestre de 2018, na média nacional, cerca de 4% das admissões no mercado de trabalho formal se deram por meio da política de intermediação de mão-de-obra do SINE.



Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 24/05/2018

A análise regional revela grande disparidade entre os estados, sendo Ceará, Paraná e Alagoas aqueles que apresentaram melhor desempenho no período.



Fonte: BGIMO/MTb e BGCAGED/MTb. Dados extraídos em 24/05/2018

A tabela abaixo apresenta o número de trabalhadores inscritos por ocupação pretendida informada, bem como a quantidade de encaminhamentos, colocados e as vagas oferecidas. Percebe-se que há um percentual de vagas ofertadas que não estão sendo preenchidas, mesmo havendo um grande número de trabalhadores com o mesmo perfil em termos de pretensão ocupacional. Tais dados apontam para os desafios enfrentados na implementação da política de intermediação de mão-de-obra no SINE que, tendo em vista a melhoria da eficiência do serviço, devem ser investigados.

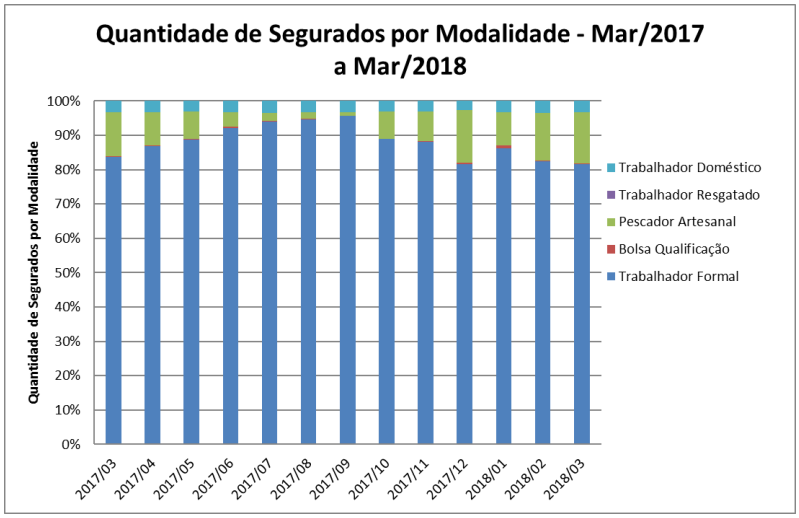
Quantidade de trabalhadores inscritos, vagas oferecidas e trabalhadores inscritos no SINE por CBO Ocupação (20+), 1° trimestre de 2018					
Ocupação Pretendida	Trabalhadores inscritos	Trabalhadores Encaminhados	Vagas Oferecidas	Trabalhadores colocados	Colocados/Vagas Oferecidas
Auxiliar de Escritório, em Geral	108.982	35.318	6.363	2.589	40,7%
Vendedor de Comercio Varejista	101.667	51.779	10.288	2.831	27,5%
Atendente de lojas e mercados	79.887	27.973	6.690	2.223	33,2%
Alimentador de Linha de Produção	77.778	71.435	21.121	13.247	62,7%
Recepcionista, em Geral	71.132	15.850	2.876	1.183	41,1%
Repositor de Mercadorias	60.029	13.306	3.464	1.614	46,6%
Faxineiro	58.279	62.853	13.768	4.767	34,6%
Operador de Caixa	55.817	26.686	6.920	2.868	41,4%
Inválido	31.792	23.354	6.328	1.722	27,2%
Assistente Administrativo	30.405	9.113	1.783	997	55,9%
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	29.737	35.984	7.177	2.096	29,2%
Atendente de Lanchonete	28.369	14.425	3.428	777	22,7%
Servente de Obras	24.477	19.194	6.172	3.135	50,8%
Embalador, a Mao	23.288	4.831	1.681	883	52,5%
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	22.395	25.621	4.874	2.837	58,2%
Operador de Telemarketing Receptivo	22.231	12.665	6.530	2.214	33,9%
Empregado Doméstico nos Serviços Gerais	18.203	14.825	2.516	594	23,6%
Ajudante de Motorista	15.423	11.886	3.311	1.257	38,0%
Trabalhador da Manutenção de Edificações	15.385	10.537	2.468	1.424	57,7%
Garçom	13.945	10.929	2.678	778	29,1%

Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 24/05/2018

3. Seguro-Desemprego

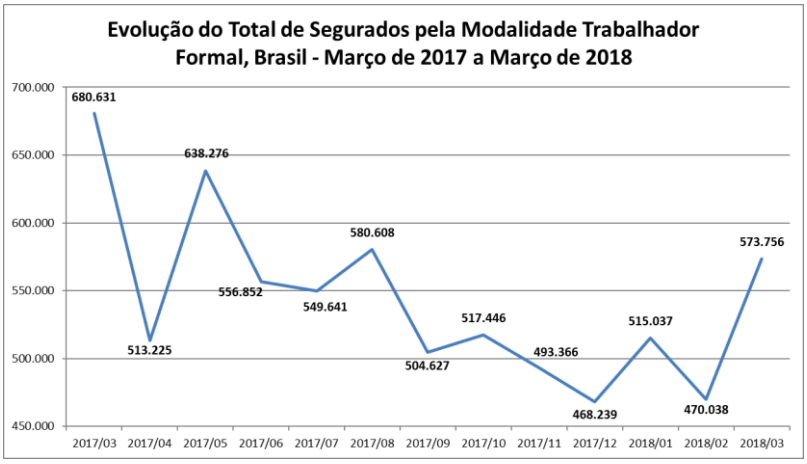
Nesta seção apresenta-se alguns dados e indicadores sobre o Seguro-Desemprego. As bases de dados utilizadas são a base de gestão do CAGED e a base de gestão do Seguro-Desemprego.

De março de 2017 a março de 2018 em média 618.557 requerentes do seguro desemprego por alguma das modalidades conseguiu receber o direito por mês. Abaixo é apresentada uma tabela com a evolução da quantidade de segurados por modalidade nos últimos 13 meses.



Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 21/05/2018.

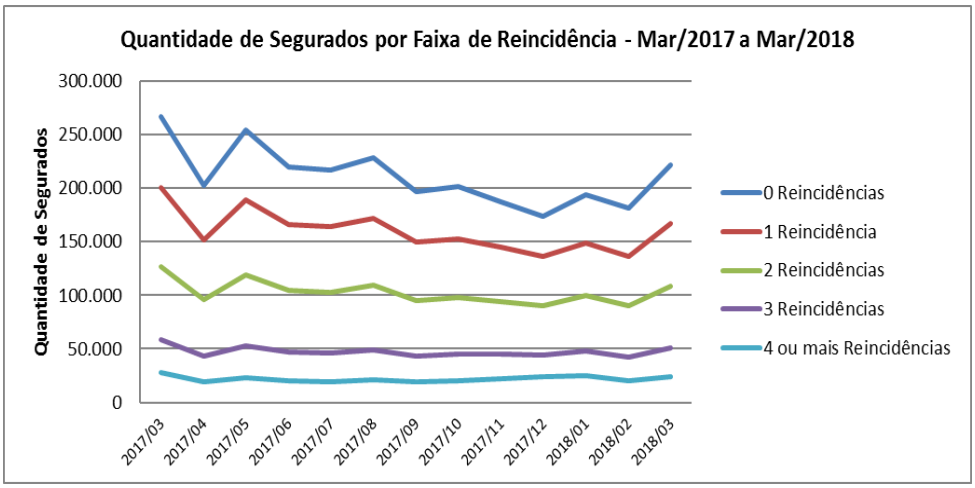
A modalidade trabalhador formal é aquela que apresenta maior quantidade de segurados. O maior valor de novos segurados por essa modalidade no período de março de 2017 a março de 2018 foi de 680.631 no primeiro mês da série enquanto dezembro de 2017 registrou o menor valor de novos segurados com 468.239.



Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 21/05/2018.

Reincidências

A base de gestão do Seguro Desemprego permite apresentar a quantidade de segurados de acordo com a reincidência de requerimento do seguro desemprego. As faixas apresentadas são de nenhuma reincidência, uma reincidência, duas reincidências, três reincidências e quatro ou mais reincidências. Observa-se que as faixas de reincidência que possuem mais segurados são aquelas com menos reincidências.

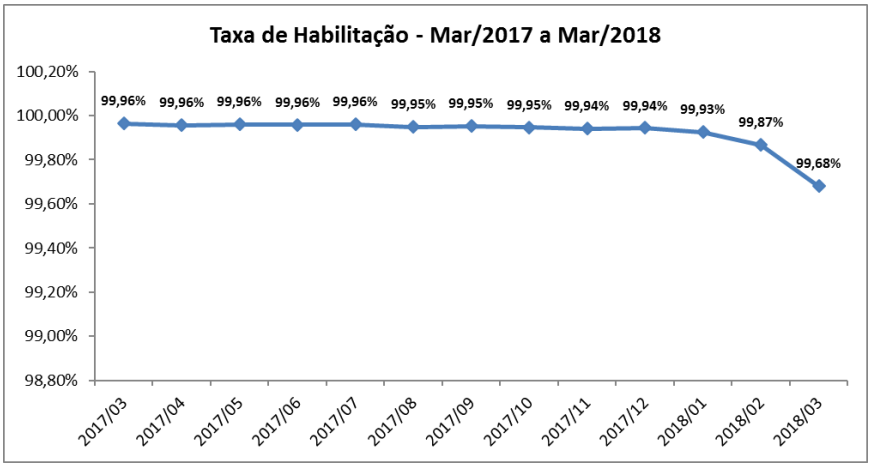


Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 21/05/2018.

Taxa de Habilitação

A taxa de habilitação do seguro desemprego é um indicador calculado como a razão da quantidade de segurados no período pela quantidade de requerentes do seguro desemprego no período.

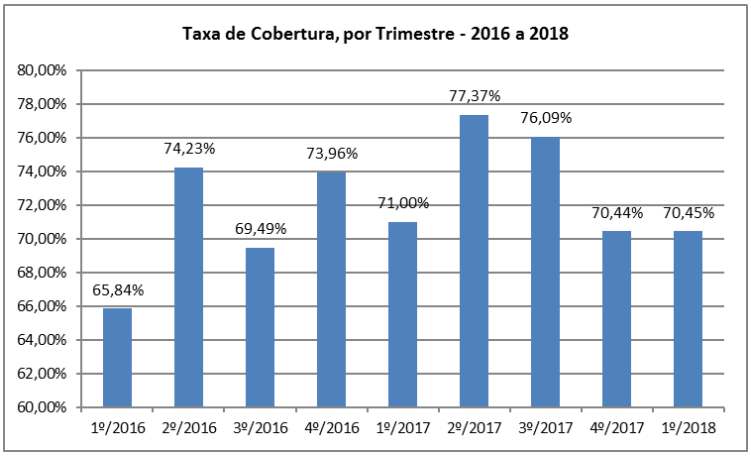
Destacam-se os altos valores de taxa de habilitação para o seguro desemprego, revelando que a expectativa dos trabalhadores, juntamente com o serviço de atendimento ao requerente, vem mantendo seu elevado desemprenho, apesar da tendência de queda nos últimos meses, a qual, entretanto, tem pouca expressividade.



Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 21/05/2018.

Taxa de Cobertura

A taxa de cobertura do seguro-desemprego é um indicador calculado pela razão da quantidade de segurados no período e a quantidade de desligados que são potenciais requerentes pelos dados do CAGED. Para a estimação dos potenciais requerentes do seguro desemprego através do CAGED foram considerados os desligados com tipo de desligamento sem justa causa.



Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 21/05/2018.

A evolução trimestral revela uma tendência de estabilidade da taxa de cobertura do seguro desemprego. Este resultado está ligado a uma grande queda na quantidade de segurados e de desligados. Do primeiro trimestre de 2016 ao primeiro trimestre de 2018 houve uma queda de 18,97% dos desligamentos e de 13,30% dos segurados.

Perfil dos Segurados

Nesta seção são apresentadas as características de faixa etária e gênero dos segurados nos meses de janeiro a março de 2018. Os dados mostram que a maioria dos segurados são homens representando cerca de 60% do total. Todavia, as mulheres apresentam uma taxa de cobertura superior à masculina (75,48% contra 67,45%).

Por faixa etária a distribuição da quantidade de segurados e da taxa de cobertura apresenta, em geral, valores maiores para as faixas medianas de idade e valores menores para faixas mais jovens e mais idosas. Vale ressaltar os maiores valores de segurados para a faixa de 30 a 39 anos e de taxa de cobertura para a faixa de 40 a 49 anos.

PERFIL DOS SEGURADOS (%), de Janeiro a Março de 2018		
	Segurados	Taxa de Cobertura
Sexo		
Homens	933.926	67,45%
Mulheres	624.905	75,48%
Faixa etária		
Até 17 anos	1.990	25,81%
18 a 24 anos	277.699	60,70%
25 a 29 anos	300.654	71,90%
30 a 39 anos	524.520	74,63%
40 a 49 anos	298.426	76,41%
50 a 64 anos	152.226	68,98%
65 anos ou mais	3.316	21,76%

Fonte: BGSD/MTb e BGCAGED/Mtb. Dados extraídos em 21/05/2018.

4. Qualificação profissional

Escola do Trabalhador

A Escola do Trabalhador é uma das ações implementadas pelo Ministério do Trabalho (MTb) visando a qualificação de milhares de trabalhadores brasileiros e o combate ao desemprego. Por meio da Escola serão ofertados cursos em doze eixos tecnológicos, respeitando as definições da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Os cursos disponibilizados na Escola do Trabalhador são online, abertos à sociedade, com acesso irrestrito, gratuito e sem necessidade de escolaridade prévia. A certificação será realizada pela Universidade de Brasília (UnB) como cursos de extensão.

Os dados analisados dizem respeito ao período novembro de 2017 abril de 2018, durante o qual foram realizadas **396.983 matrículas** nos cursos oferecidos. A matrícula é o ato de registro no portal do interesse de um participante em realizar o curso; como o mesmo participante pode se inscrever em mais de um curso o número de matrículas tende a ser maior do que o de usuários inscritos.

No período de novembro de 2017 a abril de 2018 foram realizadas 396.983 matrículas. Na tabela abaixo consta o ranking dos cinco cursos com mais inscrições:

Ranking dos 5 cursos com mais matrículas		
Curso	**Matrículas**	**%**
Inglês aplicado ao trabalho	57.211	14,4%
Introdução ao Excel	37.427	9,4%
Segurança da Informação	24.707	6,2%
Edição e tratamento de imagens	19.692	5,0%
Fundamentos e Processos de gestão de Recursos Humanos	19.667	5,0%
Total de matrículas	396.983	100%
Fonte: Escola do Trabalhador, MTb.		

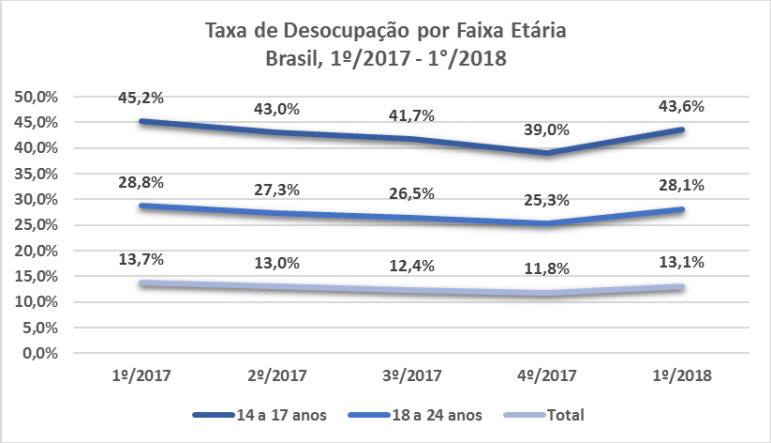
Perfil dos participantes em cursos da Escola do Trabalhador

Em relação ao perfil dos participantes da Escola do Trabalhador, mantém-se um número um pouco maior de mulheres, e concentração em pessoas de 18 a 34 anos.

PERFIL DOS INSCRITOS NA ESCOLA DO TRABALHADOR (%)			
		Frequência	**%**
Sexo	Homens	194.641	49,03
	Mulheres	202.342	50,97
Faixa etária	Até 17 anos	19.492	4,91
	18 a 24 anos	115.522	29,1
	25 a 34 anos	138.071	34,78
	35 a 44 anos	78.960	19,89
	45 a 54 anos	33.505	8,44
	55 a 64 anos	10.202	2,57
	65 anos ou mais	1.231	0,31
Fonte: Escola do Trabalhador, MTb.			

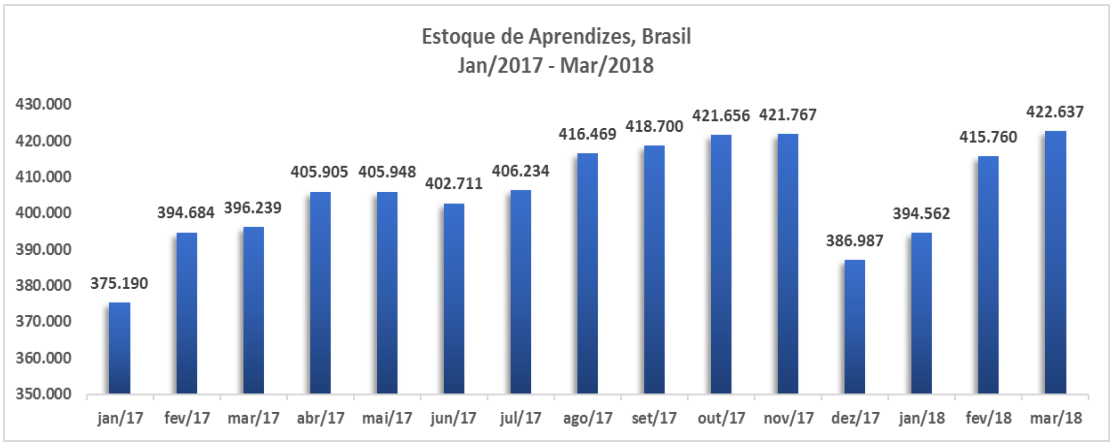
Aprendizagem Profissional

Em relação ao público da aprendizagem profissional, observa-se elevação na taxa de desocupação para o grupo de 14 a 17 anos, apresentando no 1º trimestre de 2018 o índice de 43,6%, quase tão alto quanto o maior do ano anterior (45,2%), também no primeiro trimestre. A taxa de desocupação do grupo de 18 a 24 anos também manifesta crescimento no primeiro trimestre deste ano.



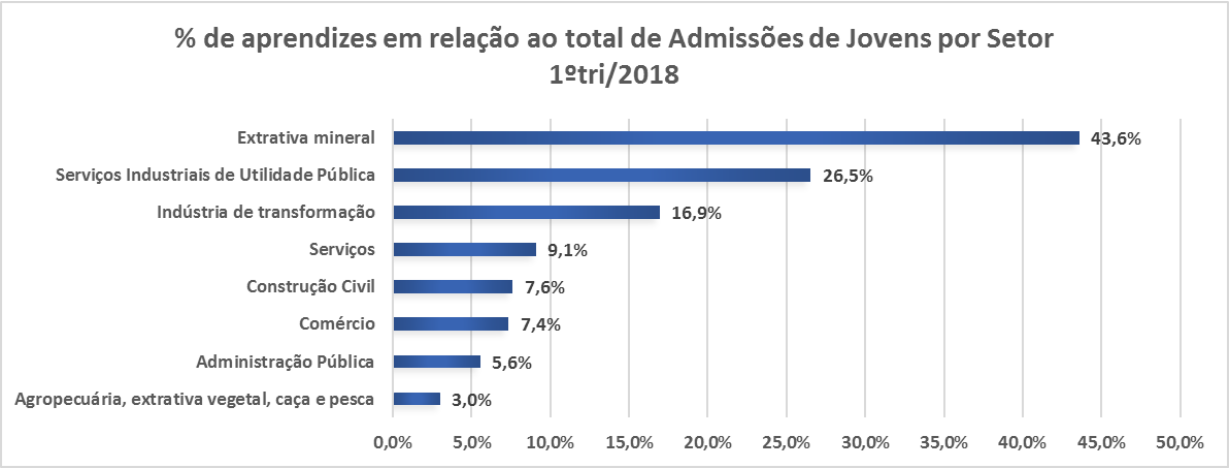
Fonte: PNADC/IBGE

Com base nos dados fornecidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (*CAGED*), obtemos o estoque referente ao valor total de aprendizes ocupados durante o ano de 2017. Observa-se em 2018, um aumento crescente do estoque de aprendizes, chegando a 422.637 em março.



Fonte: RAIS e CAGED/MTb.

O setor de Extrativa Mineral foi o que mais contratou jovens aprendizes no primeiro trimestre de 2018, tendo seu quadro formado por 43,6% de aprendizes em relação ao total de jovens admitidos, seguido pelo S.I.U.P (26,5%) E Indústria de Transformação (16,9%).

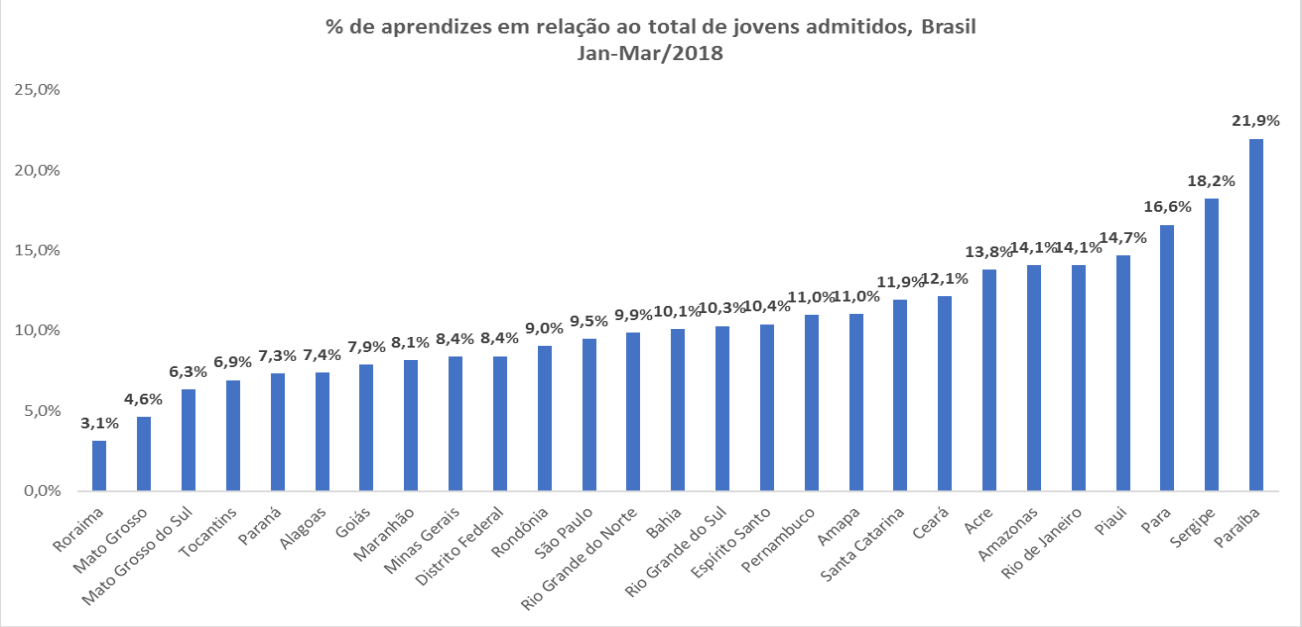


Fonte: CAGED/MTb.

No ranking do percentual das 10+ ocupações CBO, é cargo de Mecânico de manutenção de máquinas que encabeça a lista com 70,6% de aprendizes do total de jovens admitidos no período, acompanhado em seguida pelas ocupações de ajustador mecânico (70,5%) e Eletricista de manutenção elétrica (53,9).

Total de Admissões de Jovens por Ocupação – Jan/2018 a Mar/2018				
Ocupação	Aprendiz			% Aprendiz
	Não	Sim	Total	
Auxiliar de Escritório, em Geral	61.249	48.245	109.494	44,1%
Assistente Administrativo	33.786	20.663	54.449	37,9%
Mecanico de Manutenção de Máquinas, em Geral	2.883	6.930	9.813	70,6%
Vendedor de Comércio Varejista	93.664	6.294	99.958	6,3%
Repositor de Mercadorias	29.703	5.199	34.902	14,9%
Alimentador de Linha de Produção	58.613	4.483	63.096	7,1%
Embalador, a Mão	17.629	2.026	19.655	10,3%
Ajustador Mecânico	821	1.964	2.785	70,5%
Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica	1.116	1.304	2.420	53,9%
Almoxarife	17.606	1.196	18.802	6,4%

No gráfico abaixo exibimos os percentuais de aprendizes em relação ao total de jovens por Unidades de Federação. Paraíba, Sergipe e Pará lideram com 21,9%, 18,2% e 16,%, respectivamente.

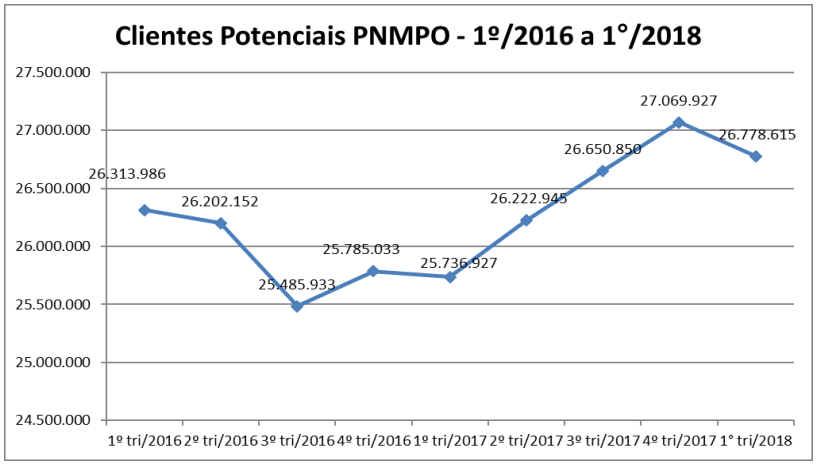


Fonte: CAGED/MTb.

5. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)

Nesta seção apresentamos análise sobre o público potencial do PNMPO, medido como o total de empreendedores (empregadores e trabalhadores por conta própria), com renda até R$10.000,00 mensais, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC/IBGE).

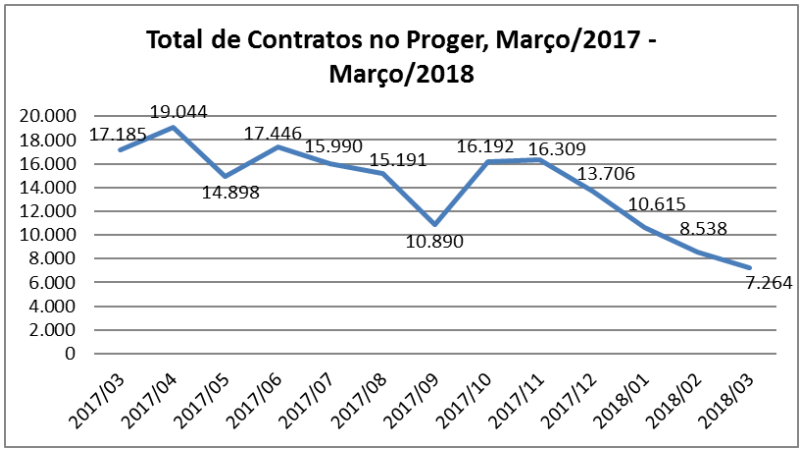
Observando evolução do público potencial do primeiro trimestre de 2016 ao primeiro trimestre de 2018 verifica-se um crescimento do público tomador de microcrédito até o quarto trimestre do ano passado, onde nota-se o ápice desse período, em que se atingiu um público tomador potencial estimado de 27.069.927 empreendedores, com crescimento de +5,0 % em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No primeiro trimestre de 2018 o público tomador de microcrédito sofreu uma queda, atingindo 26.778.615 empreendedores.



Fonte: PNADC/IBGE.

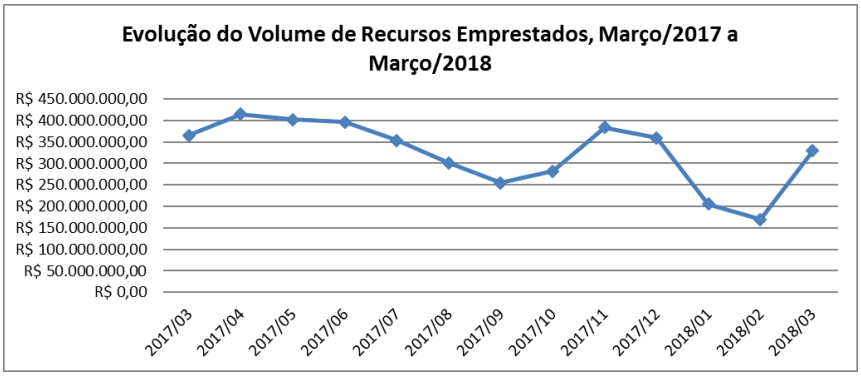
6. Programa de Geração de Emprego e Renda do FAT (PROGER)

No período de março de 2017 a março de 2018 houve uma queda no total de contratos firmados no âmbito do PROGER, passando do valor máximo de 19.044 contratos em abril de 2017 para 7.264 contratos em março de 2018.



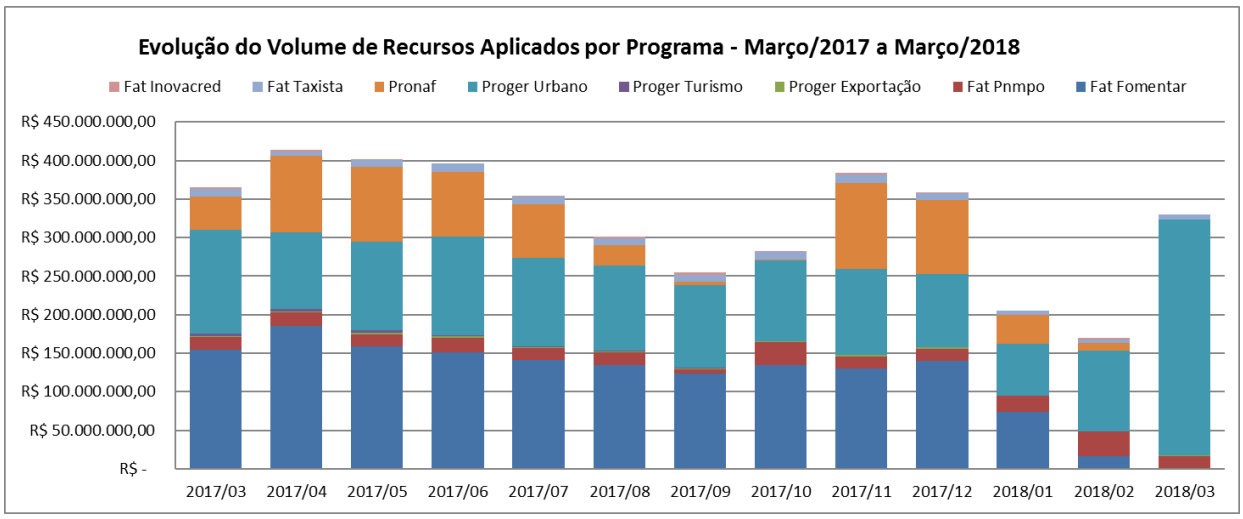
Fonte: BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 21/05/2018.

Nesse período, o programa apresentou variação no valor emprestado por mês, com maior valor observado em abril de 2017 (R$ 414.363.356,66) e menor em fevereiro de 2018 (R$ 169.662.250,75), como mostra o gráfico abaixo.



Fonte: BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 21/05/2018.

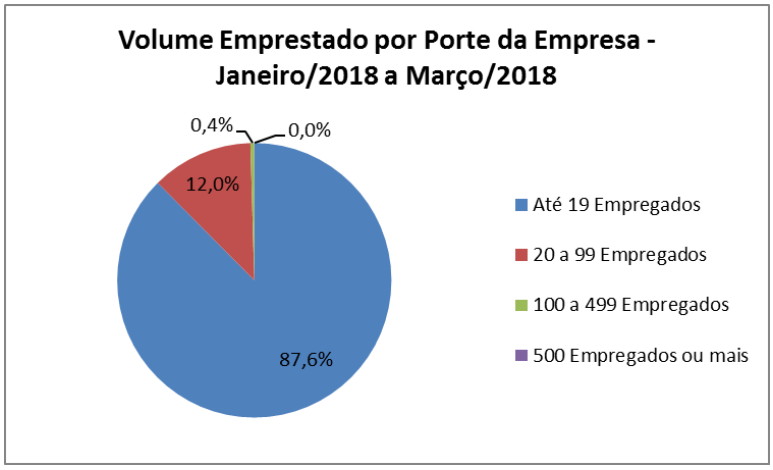
Considerando-se os diferentes Programas de Crédito financiados com recursos do PROGER, tem-se a seguinte distribuição dos valores emprestados, com o pico em abril de 2017:



Fonte: BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 21/05/2018.

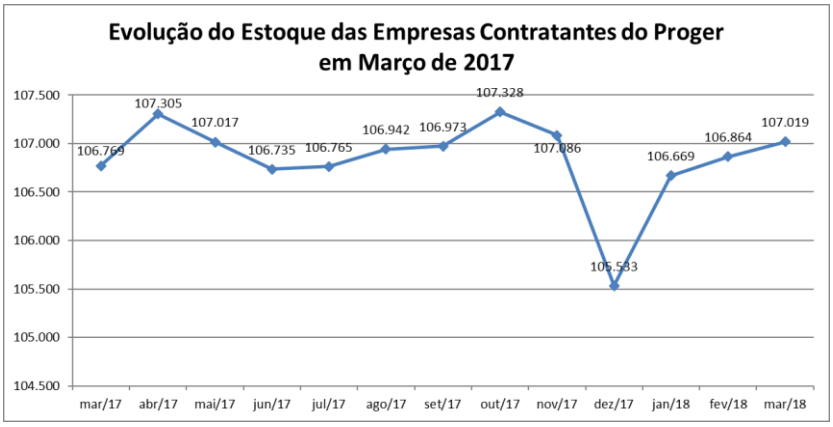
Para o período de janeiro de 2018 a março de 2018, considerando-se a variável de porte da empresa, verifica-se que o maior volume emprestado realizado concentra-se nas empresas com até 19 empregados.

Para analisarmos o resultado do programa em termos de geração de empregos, o Gráfico abaixo apresenta o estoque total de empregos referente aos estabelecimentos com contratos firmados em março de 2017 no âmbito do PROGER e que declaram a RAIS.



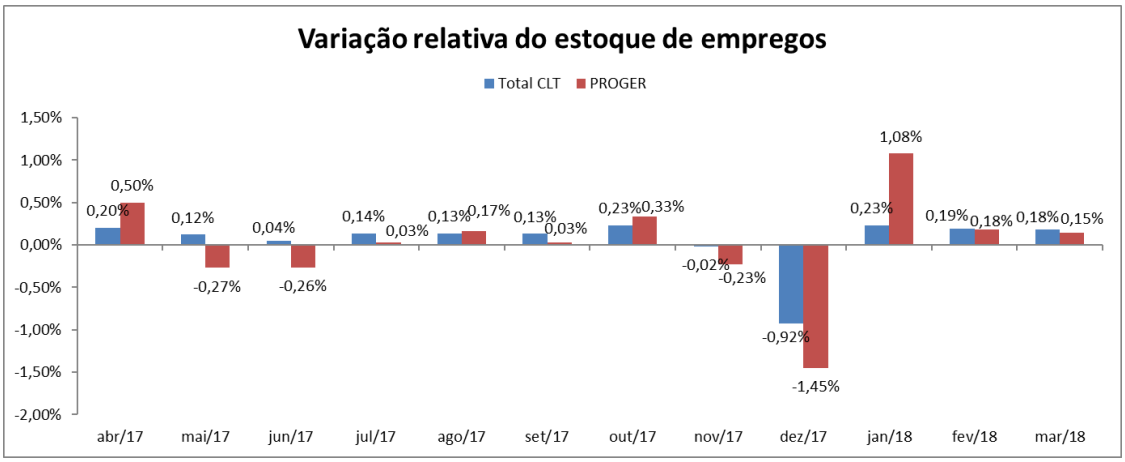
Fonte: BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 21/05/2018.

Acrescenta-se mês-a-mês, de acordo com o CAGED, o saldo entre admissões e desligamentos. Tais estabelecimentos apresentaram expansão em seu estoque de empregos nos meses seguintes à contratação do financiamento e comportamento oscilante nos meses seguintes.



Fonte: RAIS, CAGED e BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 21/05/2018.

Ao compararmos os vínculos ativos celetistas nos estabelecimentos do PROGER com o total de estabelecimentos verifica-se que em abril, agosto, outubro de 2017 e janeiro de 2018, aqueles geraram mais empregos, em termos relativos.



Fonte: RAIS, CAGED e BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 21/05/2018.

7. Abono Salarial

A taxa de cobertura do Abono Salarial é a razão entre o número de benefícios pagos e o número de trabalhadores identificados. O quadro abaixo mostra a evolução do histórico de pagamentos PIS/PASEP de 2003 até Março/2018.

Histórico de Pagamentos - BRASIL

EXERCÍCIO FINANCEIRO	PARTICIPANTES ABONO PIS/PASEP			VALORES ALOCADOS
	ABONOS IDENTIFICADOS	ABONOS PAGOS (*)	TAXA COBERTURA	RECURSOS (FAT)
2004/05	9.559.247	9.008.192	94,24%	2.320.658.203,32
2005/06	10.238.389	9.668.788	94,44%	2.841.802.523,00
2006/07	11.751.968	11.145.463	94,84%	3.814.587.154,77
2007/08	14.189.277	13.536.665	95,40%	5.025.114.269,28
2008/09	15.560.805	14.893.344	95,71%	6.052.640.073,06
2009/10	16.930.034	16.306.131	96,31%	7.417.689.565,14
2010/11	18.504.778	17.535.376	94,76%	8.813.738.341,82
2011/12	20.366.245	19.363.556	95,08%	10.464.059.581,64
2012/13	20.743.127	19.797.976	95,44%	12.216.896.645,92
2013/14	22.591.393	21.467.902	95,03%	14.470.749.245,19
2014/15	23.184.939	22.103.611	95,34%	15.930.921.888,68
2015/16	23.572.703	22.686.184	96,24%	18.867.296.710,27
2016/17	24.268.465	22.899.989	94,36%	16.060.146.572,97
2017/18	24.518.637	21.867.394	89,19%	16.195.166.586,70
TOTAL	**255.980.007**	**242.280.571**	**-**	**-**

Exercício 2017/2018 - De 01/07/2017 a 29/06/2018
(1) Dados preliminares até MARÇO/2018

Entre 2007 e 2018, observa-se um incremento no total de trabalhadores identificados com direito ao benefício.

Por conseguinte, o bom desempenho da taxa de cobertura apresentada até a finalização do calendário 2016/2017, com patamares acima de 95%. Entretanto, não há como se identificar, ou mesmo inferir a que se deve esta queda verificada a partir do exercício 2017/2018, considerando-se que tem sido expressivo o esforço do Ministério do Trabalho no sentido de ampliar o prazo de pagamento, bem como a divulgação nos diversos meios de comunicação disponíveis.

Com a adoção da ampliação de prazo do calendário 2016/2017, note que no decorrer do segundo semestre de 2017, ocorreu, portanto, o pagamento dos remanescentes do calendário anterior e deu-se início o pagamento do calendário 2018/2019, cuja execução no período de Junho/2017 a março/2018, já representou uma cobertura de 89,19%, referente ao total de abonos previstos a serem pagos aos trabalhadores. O período regular de pagamento do calendário 2018/2019 será até 30 de junho do corrente ano.

8. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS

CARTEIRA DE TRABALHO DIGITAL

A Carteira de Trabalho Digital, lançada em novembro, em forma de aplicativo para celulares nas versões IOS e Android, funcionando como uma extensão da carteira de trabalho impressa, trazendo como novidades e benefícios, tais como agilidade e celeridade nos processos de requisição e emissão da Carteira de Trabalho impressa; e a integração das informações trabalhistas de diversos bancos de dados do governo federal, o que também contribuem para o aumento da segurança das informações.

EMISSÃO DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

A evolução da emissão da CTPS evidencia os esforços de modernizar o processo por meio da informatização e tornar o documento mais seguro, com o objetivo de dificultar rasuras e dificultar a ocorrência de fraudes contra o Seguro-Desemprego, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e os benefícios previdenciários.

Desde sua implementação, vem apresentando uma quantidade maior na emissão das carteiras informatizadas em relação às carteiras do modelo (manual). No primeiro trimestre de 2018 foram emitidas 360.441 unidades de CTPS no modelo manual e outras 1.049.493 no modelo informatizada, totalizando 1.409.934 carteiras, conforme tabela abaixo.

Quadro Comparativo – Número de CTPS emitidas no primeiro trimestre – 2018

Descrição	1º Trimestre/2018
	Janeiro, fevereiro e março
Modelo manual	360.441
Modelo informatizado	1.049.493
Total	**1.409.934**

Fonte: CIRP/CGCIPE/DER/SPPE/MTb

No mesmo período do ano de 2017, foram emitidas 375.922 CTPS manual e 1.073.811 CTPS no modelo informatizada, totalizando 1.449.733 documentos emitidos ao cidadão brasileiro. A redução na emissão no 1º trimestre de 2018, comparado com o mesmo período de 2017, está dentro do percentual normal que ficou em torno de 3% menor que o período passado.

No mesmo período do ano de 2016, foram emitidas 503.791 CTPS informatizadas e 191.411 CTPS no modelo manual, totalizando 695.202 documentos emitidos ao cidadão brasileiro.

A redução na emissão no 6º Bimestre, comparado com o mesmo período de 2016, deve-se à ocorrência da migração do sistema de emissão da CTPS, o CTPS Web 3.0, em novembro, passando a ser sustentado pela Dataprev. A que se considerar as dificuldades inerentes a um período de transição de sistemas pode-se, de modo que a redução apresentada não chegou a refletir sérios impactos ao cidadão na emissão. Inclusive os resultados preliminares do primeiro bimestre de 2018 já apontam a ascendência deste numero em relação ao ano anterior.

9. Análise Regional

A Tabela abaixo apresenta a sistematização dos valores gastos com o benefício do seguro-desemprego, a rede de atendimento SINE e o PROGER em cada estado e grande região (% em relação ao total), bem como a respectiva população economicamente ativa. No geral, observa-se que todas as regiões estão sendo atendidas por tais políticas e deve-se respeitar as especificidades regionais na escolha das ações.

A região Norte é aquela que proporcionalmente vem recebendo menos investimentos de políticas de trabalho, porém é a que detém menor população economicamente ativa. Ações estruturais que visem ao desenvolvimento econômico da região, poderão trazer consequências favoráveis ao alcance de melhores resultados do mercado de trabalho local.

A região Nordeste recebeu investimentos especialmente na rede de atendimento de SINE e paralelamente tem apresentado bons resultados de intermediação de mão-de-obra, especialmente nos estados da Bahia e Ceará.

Como visto anteriormente, a região Sudeste é a que concentra a maior força de trabalho, o que justifica os maiores investimentos nesta região.

Já a região Sul apresenta os menores indicadores de desemprego e informalidade. Nesta região, destaca-se os investimentos com o PROGER.

Por fim, a região Centro-Oeste tem recebido investimentos especialmente na rede de atendimento SINE.

UF	Valores gastos por política (% em relação ao total)			
	Seguro-Desemprego 2017	Rede atendimento SINE (2015-2017)	PROGER 2017	PEA 2018
Rondônia	0,7	0,3	1,2	0,8
Acre	0,2	0,2	0,1	0,3
Amazonas	1,1	1,3	0,5	1,7
Roraima	0,1	-	0,0	0,2
Pará	2,3	1,1	1,6	3,6
Amapá	0,2	-	0,2	0,4
Tocantins	0,6	1,4	0,6	0,7
Norte	**5,3**	**4,2**	**4,3**	**7,8**
Maranhão	1,5	0,8	1,9	2,6
Piauí	0,8	-	0,8	1,3
Ceará	3,1	8,4	2,4	3,9
Rio Grande do Norte	1,1	0,8	0,6	1,5
Paraíba	1,1	1,0	2,2	1,6
Pernambuco	3,2	8,1	1,6	4,0
Alagoas	1,0	0,6	0,5	1,1
Sergipe	0,7	0,3	0,3	1,0
Bahia	4,6	8,6	3,4	6,9
Nordeste	**17,2**	**28,6**	**13,5**	**23,9**
Minas Gerais	10,4	14,3	9,1	10,8
Espírito Santo	1,9	0,4	1,9	2,0
Rio de Janeiro	8,7	6,4	4,4	8,2
São Paulo	29,8	19,4	19,6	24,2
Sudeste	**50,9**	**40,5**	**35,0**	**45,1**
Paraná	6,6	1,7	12,3	5,7
Santa Catarina	4,8	2,4	10,1	3,7
Rio Grande do Sul	6,4	7,7	14,9	5,8
Sul	**17,8**	**11,9**	**37,2**	**15,1**
Mato Grosso do Sul	1,5	2,8	1,3	1,3
Mato Grosso	2,0	3,2	3,4	1,6
Goiás	4,0	7,2	3,4	3,5
Distrito Federal	1,4	1,6	1,9	1,6
Centro-Oeste	**8,9**	**14,8**	**10,0**	**8,0**
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

ANEXO

ATIVIDADES DE GESTÃO

Para o alcance dos resultados apresentados neste boletim, além das atividades de rotina das estruturas do Ministério do Trabalho e, no caso do SINE, também as ações dos convenentes DF, estados e municípios, vale destacar as atividades e eventos que ocorreram no período, visando imprimir melhoria à execução dessas políticas públicas.

Seguro Desemprego

Em novembro de 2017, foi disponibilizado o Módulo do Seguro-Desemprego no Emprega Brasil, o que permite aos trabalhadores realizarem um pré-requerimento ao benefício por meio da internet. Anteriormente, para encaminhar o Seguro-Desemprego o trabalhador precisava agendar o comparecimento presencial, preencher um formulário e entregar a documentação, atendimento este, em torno de 15 minutos. Apenas depois de comparecer ao posto de atendimento, começava a contar o prazo de 30 dias para recebimento do benefício. Com esta mudança, assim que receber a documentação para requerer o Seguro-Desemprego, o trabalhador poderá fazer o pedido imediatamente pela internet, por onde já poderá preencher o formulário de requerimento on-line. Ressalta-se que o trabalhador ainda precisará comparecer a um posto de atendimento pessoalmente para validar o requerimento, visando evitar possíveis fraudes, entretanto, o preenchimento prévio do cadastro online, já torna mais célere o atendimento presencial, e o prazo de 30 dias para receber o benefício começa a contar desde o preenchimento do formulário na internet.

Vale ainda destacar as seguintes iniciativas em 2017:

• Disponibilização no Sistema do Seguro-Desemprego de funcionalidade que permite a emissão de Guia de Recolhimento da União - GRU, conforme os normativos vigentes.

• Encaminhamento ao CODEFAT de proposta de Resolução que trata dos procedimentos relativos à concessão do Seguro-Desemprego Trabalhador Formal com o objetivo de melhorar tais processos e adequação à legislação vigente.

PROGER e PNMPO

Dentre as atividades e iniciativas de gestão realizadas no período de janeiro a março de 2018 no âmbito desses Programas destacam-se as seguintes::

- ✓ Edição da Nota Técnica Conjunta nº01/2018 – CGER/DER/SPPE e CGFAT/SOAD/SE, referente a Minuta de Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER, a qual foi objeto de apreciação na 143ª Reunião Ordinária do CODEFAT (a nota técnica encaminha os trabalhos do GT Especial, criado pela Resolução CODEFAT n. 795, de 2 de agosto de 2017, com o objetivo de elaborar estudo para saneamento do FUNPROGER,.

Edição da Lei n.º 13.636, de 20 de março de 2018 (Conversão da Medida Provisória nº. 802, de 26 de setembro de 2017), que alterou a legislação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, e modernizou a legislação, simplificou processos e incluiu a possibilidade de utilização de novas tecnologias no processo de orientação dos beneficiários de microcrédito, de

forma a reduzir os custos operacionais que envolvem a concessão de financiamentos e elevou o limite de faturamento/renda para enquadramento do Programa para até R$ 200 mil.

Classificação Brasileira de Ocupações - CBO

No âmbito da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, foram realizados Painéis de Atualização de 2 Famílias Ocupacionais, no trimestre Janeiro, Fevereiro e Março.

Intermediação de mão-de-obra – SINE

No mês de novembro, ocorreu o relançamento do aplicativo Sine Fácil pelo Palácio do Planalto. O aplicativo, lançado pelo Ministério no primeiro semestre deste ano, agora conta com novas funcionalidades, o que o deixou mais amigável e disponível também para os telefones com sistema operacional iOS. Pelo aplicativo, desenvolvido a partir de uma parceria entre o Ministério do Trabalho e a Dataprev, o trabalhador poderá encontrar de forma rápida e prática vagas de emprego disponibilizadas na rede Sine de todo o Brasil, de qualquer smartphone ou tablet conectado à internet. Também é possível se candidatar a vagas de emprego, agendar entrevistas com empregadores e acompanhar a situação do benefício do Seguro-Desemprego.

Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS

No âmbito da Coordenação de Identificação e Registro Profissional - CIRP, foram realizadas melhorias no ambiente do sistema de Emissão de CTPS.

Tais ações melhoraram o atendimento em especial, com relação ao atendimento aos Venezuelanos que estão entrando na fronteira com Roraima, ocorreram ações por meio de realização de mutirões para atendimento a este público especificamente que aumentou em 74% comparado ao mesmo período do ano de 2017.

RAIS e CAGED

No aspecto de melhorias da gestão, foram incluídos no CAGED os campos relativos à Reforma Trabalhista, de forma a possibilitar a captação e divulgação das movimentações trabalhistas contempladas na Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Com isso, desde novembro/2017, o Ministério do Trabalho tem divulgado mensalmente dados relativos às movimentações no âmbito da reforma trabalhista

Importante ressaltar que a CGCIPE (antiga CGET/SPPE), está tratando com a Dataprev a metodologia que possibilitará a transição do sistema de captação de dados da RAIS e CAGED para a base do Esocial, uma vez que o empregador terá que fornecer ao eSocial as informações até então feitas na RAIS e no CAGED. Referida metodologia de transição visa garantir a segurança e continuidade das series históricas do emprego formal no Brasil.

Em relação à RAIS, já estamos em fase de recepção e fechamento dos dados de 2017.

Qualifica Brasil

A gestão atual do Ministério do Trabalho, no intuito de reformular a política pública de qualificação social e profissional, visando melhorar sua efetividade, bem como ampliar o escopo e a qualidade dos cursos oferecidos, reestruturou o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, por meio da Resolução CODEFAT nº 783, de 26/04/2017. Com isso, o antigo PNQ passou a denominar-se

Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional – QUALIFICA BRASIL, que tem por escopo a promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE.

Conforme consta do art. 7º da resolução nº 783, o Qualifica Brasil apresenta 04 modalidades, sendo que destas, 02 (duas) já se encontram em processo de operacionalização, quais sejam: Projetos de Qualificação e Qualificação a Distância.

Com relação aos Projetos de Qualificação, importa observar que foram enviadas para análise mais de 500 propostas a partir do último quadrimestre de 2017. Entretanto, em face da limitação orçamentária para este exercício, apenas 50 (cinquenta) convênios deverão ser celebrados, a partir das análises conclusivas da área competente, resultando no atendimento de apenas 10% da demanda apresentada.

Ressalte-se, ainda, que no âmbito dos Projetos de Qualificação, é obrigatória a destinação de 10% (dez por cento) das vagas para atendimento a idosos e pessoas com deficiências. Neste caso, o trabalhador na condição de pessoa com deficiência poderá estar neste percentual obrigatório, desde que a deficiência que porta, não lhe seja impeditivo ao exercício da atividade laboral correspondente ao curso pretendido.

A Qualificação a Distância (QaD) contempla o desenvolvimento de cursos de qualificação social e profissional por meio de equipamentos, redes e tecnologias de informação e comunicação, com difusão pela rede mundial de computadores e/ou por outros canais, de maneira a permitir a realização do ensino e da aprendizagem entre professores e alunos que estejam espacial e/ou temporalmente separados.

No que tange a QaD, vale ressaltar que, em novembro, foi disponibilizada a primeira versão do "Portal da Escola do Trabalhador". Trata-se de uma das ações que o Ministério do Trabalho está implementando dentre várias estratégias para potencializar a qualificação do trabalhador e do desempregado. Tanto o Portal da Escola do Trabalhador, quanto sua respectiva plataforma estão sendo desenvolvidos por meio de parceria (TED 001/2017) com a Universidade de Brasília (UnB).

Por meio da Escola serão ofertados cursos nos doze eixos temáticos respeitando as definições da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Serão oferecidos, num primeiro momento, até cinquenta cursos modulares, na modalidade à distância, em plataforma moodle com acesso irrestrito, gratuito, sem necessidade de comprovação de escolaridade prévia.

Serão disponibilizados ainda no Portal, informações sobre possibilidades de cursos, certificações, oportunidades de estágios, e informações sobre a oferta de empregos. Além disso, apresentará também dados que permitam ao poder público obter indicadores que norteiem as políticas públicas voltadas ao trabalhador. E ainda, possibilitará a oferta de cursos por outras entidades que poderão vir a ser parceiras do Ministério, no âmbito da a Escola do Trabalhador.

Outra importante inovação é o Mapeamento de Demandas de Qualificação Social e Profissional - MDQSP que tem o propósito de evidenciar as demandas de qualificação social e profissional em base territorial, com vistas a nortear a execução de todas as ações do QUALIFICA BRASIL.

Importante mencionar que, apenas nos primeiros 15 (quinze) dias de funcionamento da primeira versão da plataforma, a primeira aferição de resultado, reportou mais de 150.000 (cento e cinquenta mil) matrículas nos cursos disponibilizados.

Os recursos para o programa Escola do Trabalhador são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que também aposta na qualificação para a melhoria da renda e conquista de melhores oportunidades pelo trabalhador.

Análise de Prestações de Contas

Quanto à atividade de análise de prestações de contas, com base no passivo de processos "em análise" e "a serem analisados", pode-se considerar que esta tarefa é prioridade na pauta da SPPE, sendo objeto de diversas ações para adotar uma estratégia consistente para solução do problema, além de constante conscientização da administração superior sobre a urgência que a situação requer. Dessa forma, a SPPE definiu um plano de ação contendo algumas medidas estruturantes que vêm sendo tomadas ao longo do último ano para que a atual situação do passivo seja resolvida com a maior brevidade possível, com destaque para: i) criação da Coordenação Geral de Prestação de Contas; ii) racionalização dos processos internos; iii) visitas técnicas a outros Ministérios com situação semelhante resolvida; iv) manualização de procedimentos de análise de prestação de contas física e financeira; v) descentralização de parte dos processos para as Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego - SRTEs; vi) publicação da Portaria 661 de maio de 2017(racionalização dos processos); vii) solicitação de novos servidores ao Gabinete do Ministro; viii) realocação interna de servidores para a CGPC; e ix) solicitação de funções gratificadas para a equipe da CGPC; x) estudos para implementação de trabalho remoto; e xi) elaboração de minuta de Portaria para Análise Simplificada do Passivo de Prestação de Contas.

A principal medida adotada pela nova gestão na SPPE foi a criação de uma estrutura organizacional formalizada no organograma do Ministério com dedicação exclusiva à análise de prestação de contas, a Coordenação Geral de Prestação de Contas - CGPC, que conta com duas coordenações (Física e Financeira), e uma assessoria técnica, estrutura vigente desde 31.03.2017.

Secretaria Executiva do CODEFAT

A Secretaria Executiva do CODEFAT cabe ao Ministério do Trabalho, de acordo com a Lei nº 7.998/90, e é exercida pelo Departamento de Gestão de Benefícios – DGB/SPPE/MTb, por força do Decreto nº 9.116/2016.

Amparado no exercício das atribuições da SE/CODEFAT, especialmente a de coordenar as atividades para realização das reuniões do CODEFAT e do Grupo Técnico do FAT - GTFAT e de promover a compatibilização entre as ações afetas à esfera de competência do MTb e as do CODEFAT, no primeiro trimestre de 2018 foram obtidos os seguintes resultados.

- ✓ Realização de 3 (três) reuniões, sendo 2 (duas) do GTFAT e 1 (uma) do CODEFAT, na qual foram ratificadas 2 (duas) resoluções, quais sejam:
- ✓ Resolução n. 802/2017 - Exercício da Presidência do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.
- ✓ Resolução n. 803/2017 - Altera a Resolução do CODEFAT nº 783, de 26 de abril de 2017, que reestrutura o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, que passa a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL, voltado à promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego – SINE.

A participação percentual dos conselheiros nas reuniões do CODEFAT no primeiro trimestre foi de 83,3% por cento.

Além disso, com o objetivo de promover melhorias no suporte ao funcionamento do CODEFAT, a Secretaria Executiva do CODEFAT, por meio da Coordenação-Geral do CODEFAT - CGCODEFAT, realizou diversas atividades relativas ao processo de desenvolvimento do Sistema de Gestão Operacional do CODEFAT - SIGOC pela DATAPREV.

O SIGOC se configura como ferramenta de comunicação para os Conselheiros do CODEFAT, com o intuito de melhorar o desempenho de suas atribuições. Permitirá automatização

do controle das informações relativas às atividades e decisões do Conselho e também maior intercâmbio de informações e comunicação (em tempo real) entre o CODEFAT e as Comissões de Emprego das três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal).